



A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA À LUZ DO FORPROEX: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA SOBRE CONCEPÇÃO E AVALIAÇÃO

Andréa Kochhann¹ (UEG/UnB)
Naiane Silva Prazer² (UEG)
Helen Ribeiro de Jesus³ (UEG)
Mateus Henrique Marques⁴ (UEG)

GT 03 – FORMAÇÃO DE PROFESSORES

RESUMO

Este artigo é reflexo das discussões temáticas e das atividades realizadas pelo GEFOPÍ- Grupo de estudos em Formação de Professores da UEG – Universidade Estadual de Goiás. É um grupo que tem contribuído para a formação acadêmica tanto continuada quanto inicial, por meio de atividades de pesquisa, ensino, extensão e produção acadêmica. Com isso o grupo conta com atividades como: elaboração de revistas pedagógicas, elaboração de guias, projetos de pesquisa, projetos de extensão, além de discussões teóricas presenciais e virtual, com o auxílio do *Skype*, *WhatsApp* e *Facebook*. O grupo é composto por acadêmicos de cursos de licenciaturas, professores da educação básica, mestrandos, doutorandos, professores do Ensino Superior entre outros, espalhados por todo o Estado de Goiás. Percebemos ao longo de onze anos do grupo, que objetivo do GEFOPÍ é partilhar conhecimentos de diversas maneiras, seja presencialmente ou virtualmente. Destarte, para esse artigo o objetivo é apresentar uma discussão teórica relativa a um projeto de pesquisa tem que como objeto a extensão universitária. O recorte que fizemos de trazer para discussão a concepção e a avaliação da extensão universitária considerando o documento elaborado pelo FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas do Brasil (2012, 2001). Para discutir a concepção da extensão universitária no Brasil elegemos conforme FORPROEX (2012) as categorias de objetivos, avanços e desafios, concepção, diretrizes, fortalecimento e avaliação. O FORPROEX (2001) anuncia que o processo avaliativo é importante e deve considerar algumas dimensões, tais sejam: política de gestão, infraestrutura, relação universidade-sociedade, plano acadêmico e produção acadêmica. A metodologia utilizada para esse artigo foi bibliográfica e documental, tendo como base Reis (1996) e o FORPROEX (2001, 2012), no sentido de apresentar a concepção e o processo avaliativo da extensão universitária no Brasil, a qual influencia na formação de professores.

Palavras-Chave: Extensão universitária. Concepções. Avaliação. Formação de professores.

¹ Docente da UEG, doutoranda em Educação pela UnB, andreakochhann@yahoo.com.br

² Acadêmica do curso de Pedagogia da UEG Câmpus Luziânia. naiane.sp2010@gmail.com

³ Acadêmica do curso de Pedagogia da UEG Câmpus Luziânia. helenribeiro98@gmail.com

⁴ Estudante do Curso de Letras da UEG- São Luís de Montes Belos, mateusmar18@outlook.com



INTRODUÇÃO

Este artigo é reflexo das atividades realizadas pelo GEFOPI - Grupo de Estudos em Formação de Professores que tem contribuído com a formação acadêmica daqueles que desejam seguir a carreira de docência e também com a formação continuada aos professores. O principal objetivo do grupo é trabalhar a escrita, oralidade e indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão. Sendo assim, o grupo conta com atividades como: encontros para estudo, encontros para orientação individual e em pequenos grupos, elaboração de revistas pedagógicas, elaboração de guias, projetos de pesquisa, várias atividades de extensão como palestras, rodas de conversa, mesa redonda, oficina, minicursos, além de discussões teóricas presenciais e virtualmente, com o auxílio do *Skype*, *WhatsApp* e *Facebook*. Dessa forma, o GEFOPI é partilha de conhecimentos de diversas maneiras, seja presencialmente ou virtualmente.

O Grupo é composto por acadêmicos de cursos de licenciatura; pós-graduação *lato e stricto sensu*; professores da educação superior e da básica; mestres e doutores, dentre outras pessoas da comunidade, espalhados por todo o Estado de Goiás, em cidades como Anápolis, Aurilândia, Buriti de Goiás, Cachoeira de Goiás, Fazenda Nova, Formosa, Iporá, Itapuranga, Inhumas, Jussara, Luziânia, Mineiros, Novo Brasil, São Luís de Montes Belos, Sanclerlândia, dentre outras.

O GEFOPI iniciou suas atividades em 2006 com um pequeno número de acadêmicos com dificuldade de leitura, interpretação e escrita acadêmica. Ano a ano foi crescendo em quantidade de partícipes e principalmente, no seu formato pedagógico, se estabelecendo hoje como um projeto integrado e intercampi pois, abrange acadêmicos e professores de vários Câmpus, como: São Luís de Montes Belos, Jussara, Formosa e Luziânia, além de contar com participantes de instituições privadas.

Almejamos que as ações do GEFOPI contribuam para a construção da criticidade e emancipação de seus participantes. Acreditamos que um grupo de estudos pode transcender os muros do ensino, propiciando a investigação científica, a socialização de conhecimentos e a produção acadêmica, pois se efetiva enquanto um processo contínuo de ações organizadas para o fim de novas aprendizagens.

Destarte, para esse artigo o objetivo é apresentar uma discussão teórica relativa a um projeto de pesquisa que o GEFOPI realiza que tem que como objeto de investigação a extensão universitária. Como a pesquisa está em fase final, primamos para este artigo trazer



um recorte teórico. Assim, a metodologia utilizada para esse artigo foi bibliográfica e documental, tendo como base Reis (1996) e o FORPROEX (2001, 2012), no sentido de apresentar a concepção e o processo avaliativo da extensão universitária no Brasil.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UMA ANÁLISE DE CONCEPÇÕES

Para discutir a concepção da extensão universitária no Brasil buscando a base teórica no documento elaborado pelo FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas do Brasil, elegemos as categorias de objetivos, avanços e desafios, concepção, diretrizes, fortalecimento e avaliação.

No tocante aos objetivos destaca-se alguns dentre os quinze, que serão abordados no decorrer deste texto. O principal objetivo que concilia com a presente pesquisa é “1. Reafirmar a Extensão Universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, além de indispensável na formação do estudante, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade;” (FORPROEX, 2012, p. 5). A extensão Universitária deve favorecer a formação acadêmica e para isso deve acontecer de forma sistemática e processual em que o estudante seja ator nesse processo e que a realidade social e pessoal seja pensada no decorrer deste processo de transformação.

Nesse processo a extensão deve ser multi, inter e transdisciplinar além de interprofissional, pensando nos novos meios de produção de conhecimento e práticas de atender as necessidades sociais partindo do pressuposto que a extensão seja a solução dos grandes problemas sociais e que precisa estar vinculada a educação, buscando utilizar das tecnologias e avaliação das atividades de extensão para o aprimoramento dos estudantes e todos que fazem parte deste processo.

Relacionado aos avanços e desafios destaca-se os limites e possibilidades que diretamente afetam o desenvolvimento da extensão universitária. Primeiro por quê a extensão está institucionalizada e primando pela indissociabilidade entre Pesquisa, Ensino e Extensão, destacada pela LDB, bem como que a matriz curricular deve conter 10% no mínimo dos créditos do curso, em atividades de projetos de extensão. O outro grande avanço que merece destaque é a priorização da Extensão Universitária a exemplo temos o Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXTE) e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). Essas ações fomentam o financiamento de



atividades de extensão. Mas, os desafios são muitos, pois mesmo institucionalizada as ações de extensão com a concepção acadêmica, corre um sério risco das atividades de extensão serem só mais uma prestação de serviço e algo esporádico que seja apenas para cumprir uma carga horária. Além do mais, é necessário mais financiamentos.

Dentre os 13 (treze) desafios para a extensão universitária na conjuntura atual que o FORPROEX (2012) apresenta, chamamos a atenção para 4 (quatro), tais sejam: 1- garantir o dimensão acadêmica da extensão universitária, ou seja, o impacto na formação do acadêmico, 2- exercer de fato o papel transformador da extensão quanto a sociedade, 3- promover de forma sólida o financiamento das ações extensionistas e 4- priorizar a produção de conhecimento emancipador. No tocante a concepção compreende-se como conceito de Extensão Universitária apresentado pelo FORPROEX (2012, p. 15)

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade.

Essa dissociação entre a pesquisa, o ensino e a extensão é algo muito comum mas que não deveria acontecer devido a postura que a universidade tem em transformar a sociedade em que está inserida. Esta que deveria estar envolvida para que o processo interdisciplinar educativo aconteça e para que a interação entre a pesquisa, ensino e extensão seja agente de transformação. Por isso, a defesa pela indissociabilidade.

Um professor que vai elaborar um projeto de extensão que preze pela qualidade do mesmo deve elaborá-lo observando as diretrizes que o FORPROEX orienta, pensando em contribuir para a expectativa de indissociabilidade, as diretrizes abordadas e pactuadas no FORPROEX são: Interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade, indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, impacto na formação do estudante e impacto e transformação social.

A interação dialógica é a diretriz que orienta o diálogo e a troca de saberes entre universidades e setores sociais rompendo a barreira e buscando a interação com a sociedade na busca de um conhecimento novo com o objetivo de uma aliança entre a universidade e sociedade e entre a sociedade e a universidade. Levando em consideração que a sociedade pode contribuir com a universidade pois também oferecem os saberes construídos em suas práticas diárias. A interdisciplinaridade e interprofissionalidade tratam da busca de superação



extensionista que prima pela interação de modelos conceitos e metodologias nas mais variadas disciplinas e áreas do conhecimento na busca de alianças entre a relação setorial, organizacional e profissional.

A indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão defende a extensão universitária como processo acadêmico em que o aluno seja protagonista de sua formação e agente de transformação social, consciente de seus direitos e deveres, agregando a todos os envolvidos. Buscando mudar a concepção de uma sala de aula tradicional e na busca de uma sala de aula em todos os espaços, seja ele dentro ou fora da universidade para que se torne participante do processo e não apenas receptor. A extensão universitária não deve estar vinculada apenas as graduações, no entanto devem ser parte dos programas de mestrado, doutorado ou especialização, combinando todas as atividades para que se tornem produções acadêmicas, sejam no formato de teses, dissertações, livros ou capítulos de livros, artigos em periódicos e cartilhas ou sejam no formato de apresentações em eventos.

A diretriz impacto na formação do estudante possibilita ao aluno espaço para um diálogo entre professores e alunos, além de contribuir na formação do estudante que é garantida na constituição e regulamentado pelo PNE 2001-2010, que diz que o aluno deve participar de ações de extensão para uma melhor formação e enriquecimento de suas experiências. A diretriz de impacto e transformação social estabelece a inter-relação da universidade com os demais setores da sociedade para que a sociedade sofra os impactos de ser transformada e que por consequência a universidade por ser parte desta sociedade também seja transformada.

Com essa diretriz, espera-se configurar, nas ações extensionistas, as seguintes características: (i) privilegiamento de questões sobre as quais atuar, sem desconsideração da complexidade e diversidade da realidade social; (ii) abrangência, de forma que a ação, ou um conjunto de ações, possa ser suficiente para oferecer contribuições relevantes para a transformação da área, setor ou comunidade sobre os quais incide; (iii) efetividade na solução do problema.

São 6 (seis) princípios básicos norteadores do fortalecimento da extensão universitária para o FORPROEX (2012), mas elegemos um em especial, por afirmar que as ações com características de prestação de serviço não devem ser vistas meramente como algo que não cause impacto e transformação, portanto deve ser planejada e efetivada considerando o interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e do ensino, pesquisa e extensão para que possam produzir conhecimento e transformações para a sociedade, enquanto um trabalho



social. Dessa forma, a ação atenderia a demanda da comunidade (prestação de serviço) mas, objetivando também a formação do acadêmico (concepção acadêmica). Nesse limbo, para o fortalecimento da extensão universitária é preciso à compreensão da concepção e sentido da mesma para sua construção.

Para essa compreensão e corroborando com os princípios do FORPROEX (2012), segundo Reis (1996) e Rocha (1987) a extensão Universitária do Brasil, se caracteriza por duas linhas de ação, sendo elas: Eventista-Inorgânica e Processual-Orgânica. A primeira é conceitualizada como uma prestação de serviços, realizações de eventos, sem nenhum aspecto de aprendizagem; a sociedade fica com o papel de apenas receber e consumir o saber, dessa forma a universidade fica sendo como o “lócus” do saber, e a sociedade o “lócus” da ignorância, uma das ações de distribuição da eventista-inorgânica é por meio de conhecimento, cultura e prestação de serviços.

Já a segunda linha de ação, se caracteriza com ações formativas, por meio do processo do ensino que possibilita a transformação social, assim ocorre uma gama de produção de conhecimento. A sociedade e a Universidade, produzem juntas o saber, de maneira que contribuem para a transformação da sociedade e também da universidade. Dessa forma, a universidade se torna o “lócus” de formação profissional e de produtora de conhecimento, e a sociedade a co-participante desse processo e na geração de conhecimento da sociedade.

Inicialmente nas universidades, a extensão foi tratada, principalmente, como uma mera ação assistencialista, ou como Reis (1996) caracteriza: ação Eventista-Inorgânica, tal prática se perdurou com maior ênfase, aproximadamente, entre os anos 1911 ao 1975. Já durante os anos posteriores, o conceito de extensão foi se modificando, com isso, para reforçar esse processo de transformação é criado o Fórum Nacional de Pró-reitores de extensão das Universidades Brasileiras em 1987, assim no ano de 1988, por meio da constituição brasileira é reconhecido o caráter indissolúvel da pesquisa, ensino e extensão. A sistematização e organização foi representada por meio de diretrizes e normas das propostas defendidas pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de extensão das Universidades Brasileiras em 1994/1995. Em meio a essas transformações da extensão, já é possível observar as características da ação extensionista de Reis (1996) a Processual-Orgânica.

Diante disso, é estabelecido alguns critérios de análise que ampara a Processual-Orgânica, esses, são sustentados por meio do ofício circular 263/94, que propõe uma *Relevância Acadêmica*, ou seja, uma participação de todos os sujeitos da academia; uma



interdisciplinaridade entre as áreas de conhecimentos; e uma conexão entre ensino, pesquisa e extensão, em que possam relacionar os conteúdos disciplinares, as concepções de pesquisa e as exigências da sociedade. Ainda é proposto uma *Relevância Social*, onde se pede que haja mais participação da sociedade, em que essa, contribua com a temática proposta; inserir politicamente, as camadas desfavorecidas e excluídas, por meio de contribuições política, econômica, social e cultural; e propiciar a criação, desenvolvimento e a difusão, de tecnologias. O ofício circular ainda sugere a *Viabilidade Social* em que se pede uma semelhança entre os objetivos os mecanismo de operacionalização propostos; e que organize todas as etapas, tanto no momento em que se implanta, executa e avalia. E o *Compromisso Institucional* que é pedido uma relação do plano de trabalho e aprovação acadêmica das IES; recursos investidos na mesma, e uma garantia de continuidade.

A extensão vem ao longo do tempo se tornando algo concreto, vem criando bases para sua sustentação e definição, percebe-se por meio de documentos e leis que ela veio se modificando, visando sempre uma melhoria para todos, tanto para sociedade, quanto para a comunidade, porém cabe relatar, que nem sempre essas mudanças favoráveis ocorrem, há muitas instituições que ainda faz da extensão, uma simples ação assistencialista, sem nenhuma relação de conhecimento. Por isso a necessidade de está sempre lutando para que a extensão defendida pelo FORPROEX, ocorre de fato, para que assim, a extensão contribua, juntamente com o ensino e a pesquisa, para a formação de todos da sociedade.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UMA ANÁLISE DO PROCESSO AVALIATIVO

O FORPROEX orienta a construção de um sistema de monitoramento e avaliação das atividades de extensão, para isso foram estabelecidos alguns parâmetros para a avaliação das universidades públicas em relação com a extensão universitária com ensino e a pesquisa. Busca assim que as ações universitárias proporcionem conhecimento à formação de todos os envolvidos com a educação e se efetiva para a transformação da universidade e sociedade.

O FORPROEX (2001) anuncia que o processo avaliativo é importante e deve considerar algumas dimensões, tais sejam: política de gestão, infraestrutura, relação universidade-sociedade, plano acadêmico e produção acadêmica. O objetivo das dimensões apresentadas pelo FORPROEX (2001, p. 37) é “Auxiliar as Universidades a construir seus processos e metodologias de avaliação para extensão Universitária.”



No tocante a compreender a política de gestão da instituição, a avaliação deve consistir em analisar as finalidades, os objetivos, o fomento, as conceitos, as metodologias, entre outras questões que os projetos apresentam relacionando esses pontos à missão da instituição e como a mesma percebe a extensão universitária. Apesar que o que os documentos indicam, pode não ser o que a prática efetiva. O documento ou o currículo pode anunciar e não cumprir, assim como não anunciar e cumprir. Contudo, partir da compreensão apresentada nos documentos institucionais se torna um bom começo.

A política de gestão contida nas finalidades, objetivos, fomento e atribuições da extensão bem como, seus instrumentos de ação, denunciam se a missão da universidade incorpora a função extensionista. (FORPROEX, 2001, p. 50)

Aliada a política de gestão tem-se a dimensão infraestrutura que precisa ser entendida como as condições básicas de efetivação de uma ação extensionista, no sentido de estrutura física e financeira, pois não basta um bom projeto idealizado, visto ser necessário que o mesmo tenha condições de ser efetivado. Não basta que a instituição defenda a execução de ações extensionistas, é preciso ter uma política de gestão que garanta as condições de sua execução, principalmente no sentido financeiro.

A dimensão *infraestrutura* informa sobre as condições físicas e gerenciais, reais, de realização da extensão e sobre as possibilidades de se consolidarem as metas almejadas a relação universidade e sociedade revela de que modo as atividades de extensão estão presentes na sociedade quais seus pressupostos e finalidades e como a universidade interage com a sociedade no sentido de transformações recíprocas. (FORPROEX, 2001, p. 50)

Considerando a política de gestão e a infraestrutura é importante avaliar o plano acadêmico, pois se a extensão universitária é um componente formativo, tanto quanto o ensino e a pesquisa, precisa desenvolver atividades que promovam a aprendizagem e experiências que possam ser validadas no currículo acadêmico.

O *plano acadêmico* analisa as possibilidades de incorporação da extensão na vida acadêmica, valorizando as experiências desenvolvidas pelo conjunto de participantes na ação extensionista (professores, funcionários e alunos). (FORPROEX, 2001, p. 50)

Outro ponto que deve ser avaliado na ação extensionista é a produção acadêmica ou os produtos advindos das atividades extensionistas.



A *produção acadêmica* trata da captação dos produtos resultantes da ação da extensão, que elabora e dissemina conhecimentos e que, no âmbito universitário tem o seu valor reconhecido. (FORPROEX, 2001, p. 50)

Considerando as dimensões da avaliação que o FORPROEX (2001) apresenta, reconhecendo os aspectos qualitativos, são apresentadas algumas categorias para a realização da avaliação de ações extensionistas. Em relação à política de gestão as categorias são: 1- política de extensão na instituição, 2- concepção de extensão, 3- órgãos colegiados de extensão, 4- resoluções e normas, 5- integração entre as ações da extensão e as da graduação, da pesquisa e da pós-graduação, 6- informatização dos dados e dos processos de operacionalização da extensão e 7- sistema de acompanhamento e avaliação.

Na dimensão infraestrutura o aspecto qualitativo apresenta uma única categoria: 1- estrutura administrativa, que contempla a instalação, espaço físico, recursos humanos, transporte, equipamentos, entre outros. Em relação universidade e sociedade no aspecto qualitativo apresentam as seguintes categorias: 1- parcerias institucionais relativas à extensão, 2- clientela diretamente atendida pelas ações de extensão, 3- participação da comunidade na gestão da ação extensionista, 4- apropriação por parte da comunidade dos conhecimentos, tecnologias e metodologias desenvolvidas na ação extensionista e, 5- ação extensionista no redimensionamento da universidade.

No tocante a dimensão plano acadêmico, pelos aspectos qualitativos, as categorias são: 1- interface ensino, pesquisa e extensão, 2- formas de aprovação acompanhamento e avaliação das ações de extensão, 3- critérios para distribuição dos recursos aos programas de acordo com a política de extensão, 4- formas de realização da extensão que indique o perfil das unidades acadêmicas e da instituição e, 5- extensão enquanto formação acadêmica. Na dimensão produção acadêmica o aspecto qualitativo não é suscitado, apenas o aspecto quantitativo e com uma categoria: 1- quantificação da produção intelectual decorrente dos projetos de extensão em que deve aparecer o número de artigos publicados em periódicos, de livros editados, de comunicações em eventos, de publicações e relatórios em base nas ações extensionistas, além de outras publicações como produção de vídeos, espetáculos, exposições, arranjos e etc.

CONSIDERAÇÕES



A história da extensão universitária é demasiadamente assinalada pela prestação de serviços e assistencialismo, onde um novo modo de compreender as atividades extensionistas é preciso e reforçamos a visão de Reis (1996) ao abordar a concepção processual e orgânica, que pode vir a promover a transformação do real pela formação docente emancipadora e pela legislação que tem regulamentado a extensão nas universidades. A concepção desse autor vai de encontro com as questões defendidas pelo FORPROEX (2012) no tocante as categorias de objetivos, avanços e desafios, concepção, diretrizes, fortalecimento e avaliação da extensão universitária, bem como com o que o FORPROEX (2001) anuncia em relação ao processo avaliativo no sentido de considerar algumas dimensões, tais sejam: política de gestão, infraestrutura, relação universidade-sociedade, plano acadêmico e produção acadêmica.

O que se evidencia pela pesquisa até o momento, enquanto análise parcial, é que os projetos de extensão precisam ser elaborados e efetivados considerando os princípios defendidos pelo FORPROEX (2012) e serem avaliados conforme os quesitos apresentados também pelo FORPROEX (2001), visto que a defesa feita é por ações de caráter acadêmico, por conseguinte, processual e orgânica, primando pela aprendizagem do processo formativo e transformação social.

REFERÊNCIAS

FORPROEX. **Avaliação Nacional da extensão Universitária**. 2001. In: <https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos>

FORPROEX - Fórum De Pró-Reitores De Extensão Das Instituições De Educação Superior Públicas Brasileiras Plano Nacional De Extensão Universitária. **Política Nacional de Extensão Universitária**. 2012. <http://www.renex.org.br/documentos>

REIS, R. H. dos. Histórico, Tipologias e Proposições sobre a Extensão Universitária no Brasil. **Cadernos UnB**. Extensão: A universidade construindo saber e cidadania. Brasília, 1996. In: <http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/download/6094/5042>.

ROCHA, R.M.G. A Construção do Conceito de Extensão universitária na America Latina. In: FARIA, D. **Construção Conceitual da Extensão na America Latina**. Brasilia: UnB, 2001.